

editorial

No FSM ocorrido em Caracas, em janeiro de 2006, prevaleceu um forte posicionamento anti-imperialista e também a confirmação da avaliação sobre as novas possibilidades de avançar na construção de alternativa ao modelo neoliberal, em particular na América do Sul.

Os movimentos sociais estão aprofundando o debate sobre qual integração latino-americana queremos e quais nossas tarefas nesse momento. Esse foi o tema da reunião da Aliança Social Continental e do V Encontro Hemisférico de Luta Contra a Alca e o Livre Comércio, realizado em Cuba, de 12 a 15 de abril de 2006.

A decisão do presidente Evo Morales de (re)nacionalizar o gás boliviano confirma essa avaliação de possibilidades de avanços. Ao mesmo tempo, coloca para o conjunto do continente o debate sobre quais políticas os governos devem desenvolver para garantir a soberania de seus povos e a construção de uma integração solidária.

Essa nova situação exige dos movimentos uma ampliação do debate político e da mobilização junto à população frente aos ataques direitistas dos meios de comunicação e de vários setores políticos.

A luta das mulheres da Via Campesina de defesa da soberania popular e de denúncia do conteúdo imperialista e de dominação do agronegócio é parte da radicalização política necessária para mudar esse modelo. Por isso é tarefa prioritária do conjunto dos movimentos sociais a solidariedade à essas lutadoras e o rechaço a qualquer ação de criminalização das lideranças.

O encontro nacional de militantes da Marcha Mundial das Mulheres (25 a 28 de maio) ocorrerá em boa hora, pois com certeza fortalecerá seu processo de construção como movimento e a luta feminista anticapitalista, que reivindica a igualdade e a construção de uma sociedade sem opressão das mulheres, sem exploração de classe, sem racismo, sem homofobia e com sustentabilidade ecológica.

As Semprevivas

Verena Glass



8 de março de 2006: mulheres da Via Campesina denunciam deserto verde

Ação feminista para se contrapor à ordem neoliberal vigente

Por *Julia Di Giovanni*

Na madrugada do último Dia Internacional da Mulher, mulheres da Via Campesina ocuparam o laboratório da Aracruz Celulose no Rio Grande do Sul e destruíram mudas de eucalipto. A reação da mídia só confirma o caráter conservador contra o qual lutamos e nos desafia a continuar construindo redes de solidariedade e meios alternativos para a comunicação e a construção da memória da nossa resistência. Fazer uma crítica feminista a esse tipo de reação nos ajuda a ver algo do momento histórico e a profundidade dos desafios colocados hoje para o feminismo.

Contra a ação das camponesas foi alimentada a idéia de que o 8 de março é uma data em que comerciantes oferecem flores às consumidoras e as mulheres só saem às ruas para manifestar docemente seu direito a um pedaço do mundo. Mas as companheiras da Via Campesina nos ajudam também a lembrar que desde que as mulheres européias, no começo século

XX, começaram a deitar-se no meio das ruas para parar os bondes e a fazer greves de fome exigindo seu direito ao voto, a ação direta faz parte da história do feminismo.

A relação entre ação direta e contracultura também foi alimentada pelo ativismo feminista durante os anos 60 e 70, quando feministas estadunidenses expressavam seu “ya basta!” contra a publicidade e o consumismo sabotando com pixações e paródias as imagens e slogans sexistas veiculados pela mídia. Será que não é hora de voltar a pensar o significado dessas práticas para as mulheres e na luta feminista? Ações da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil e no mundo envolveram formas de ação direta, da batucada à subversão de anúncios publicitários, passando pela colagem de cartazes sobre aborto, contra a violência machista, pela valorização do salário mínimo...

Será que seremos capazes de recuperar essas práticas e trazer a ação direta de novo

continuação da capa



Karol Kalef

Nas ruas, ocupando espaço público com irreverência e criatividade

para o coração do feminismo? Não é tarefa fácil. Além de reconhecermos que a repressão e a criminalização dos movimentos sociais continuam hoje restringindo nossas possibilidades de ação, o fato de sermos mulheres também mexe na forma como vemos os riscos envolvidos e como somos vistas enquanto sujeito da ação. Como mulheres somos socializadas para temer mais do que os homens as situações de confronto e o risco físico. Muitas mulheres também são socializadas para ver a atitude de bloqueio ou resistência como negativa ou “masculina”. Como sempre, das mulheres se espera que sorriam e digam “sim” em vez de dizer não à opressão.

Pressão e cobrança

A pressão de famílias e comunidades é ainda mais pesada sobre as mulheres quando se trata de ações que envolvam o risco de serem presas ou “arranjar confusão na rua”. As mulheres são cobradas, muito mais do que os homens, pela manutenção da “harmonia” das relações sociais e inter-pessoais, o que não combina com atitudes de confronto. A “boa mulher” deve ter sempre uma postura acolhedora e agir prioritariamente no âmbito privado. Arnaldo Jabor chegou a se referir às mulheres que ocuparam o laboratório de Aracruz como “vagabundas”.

As mulheres que estão fora dessa postura receptiva são consideradas más: bruxas perigosas em oposição à imagem da fada maternal. A ação direta também é por excelência um exercício de ocupação e recuperação do espaço público. Graças à separação hierárquica da divisão sexual do trabalho, o espaço público é reafirmado a cada dia como meio “adverso para as mulheres”. Mais do que os dos homens, nossos gestos de afirmação pública são vistos como impróprios, exagerados ou “histéricos”. Numa sociedade machista, as mulheres que se envolvem com a política ainda são vistas como destrutivas, semeadoras de intrigas, cujas relações só são “civilizadas” quando mediadas pela presença masculina. Ação de rua também tem a ver com algum grau de exposição do corpo que confronta os padrões de mercantilização e violência reservados a imagem das mulheres nos espaços públicos.

No universo Fórum Social Mundial, onde o papel da ação direta é reconhecido no movimento anti-globalização, parece difícil para muitos grupos aceitar a ação direta como componente de sua própria estratégia. Depois da ofensiva conservadora que já dura mais de 20 anos, muitos setores, inclusive boa parte do feminismo, tem sua ação atrelada a esquemas institucionais. A ativista eco-feminista

Starhawk, que além de publicar livros organiza treinamentos de ação de direta, chamou à atenção em 2003: “Talvez não precisemos de estratégias comuns e os mundos paralelos (o das campanhas institucionais e o da ação direta) possam continuar existindo quase separados. Mas não posso deixar de pensar que nós somos a razão pela qual o Banco Mundial vai ter que fingir um ‘diálogo’ ou olhar com alarme para uma carta de protesto.”

Feminismo x ordem neoliberal

Hoje, as Semprevivas, as ativistas da Marcha Mundial das Mulheres e mulheres militantes de outros movimentos sociais estamos empenhadas em construir um sujeito político global, um campo feminista capaz de contrapor a ordem neoliberal e militarista que se apóia na opressão das mulheres para explorar e alienar o conjunto da humanidade. Se acreditarmos no feminismo como um modo global, e não “identitário”, de pensar e agir sobre o mundo, precisamos enquanto feministas reconsiderar e reconstruir nossa relação com as práticas de ação direta.

Isso não significa que tenhamos todas que alinhar fileiras e reproduzir os gestos deste ou daquele grupo cujas ações já tiveram impacto. Cada grupo pode e deve explorar o terreno da ação direta como forma de expressar, a partir de diferentes graus e formas de organização, a força autêntica e irreverente de sua luta e sua solidariedade com a luta de outras mulheres. De um bloqueio a uma performance teatral de protesto, estamos aprendendo e recuperando nossa capacidade de abrir e preservar espaços de emancipação. Um dos potenciais da ação política (e, portanto, da ação feminista) nesses tempos tão estreitos é alargar fronteiras do que é possível.

Desde que estejamos unidas pelo objetivo comum de derrotar o poder das empresas transnacionais, de criar rupturas na ordem capitalista e machista, nossas ações das mais simples às mais elaboradas, locais ou internacionais, podem amplificar umas às outras, contaminar outras mulheres, fazer vibrar novas esperanças.

OMC.... Uma organização multilateral?

Por Maitê Llanos

Da Conferência Ministerial da OMC (Organização Mundial do Comércio) em Hong Kong, em dezembro de 2005, não saiu nenhum grande resultado concreto, mas um calendário apertado de negociações e a pretensão de terminar a atual rodada de negociações.

Depois de duas conferências ministeriais falidas - Seattle (1999) e Cancun (2003) - uma terceira reunião falida, sem declaração final, poderia ter colocado em risco o futuro institucional da OMC. Os esforços visavam um acordo mínimo, mas que deu novo fôlego às negociações de serviços, acesso aos mercados não agrícolas (NAMA) e agricultura.

O clube de amigos de Lamy

A OMC é apresentada como um órgão multilateral que funciona por consenso. Portanto, seria uma instância mais democrática para negociar acordos de livre comércio do que, por exemplo, as negociações bilaterais. Essa afirmação tem cada vez menos validade. A Conferência de Hong Kong, segundo têm declarado vários negociadores, se desenvolveu através da *green room* (sala verde). Em outras palavras, uma pequena mesa de países convidados, sem que os não convidados saibam formalmente. São nesses encontros que se 'avança' na agenda corporativa da OMC.

Este processo fechado tem sido a nova regra da OMC. Depois de dezembro ocorreram reuniões decisivas, as chamadas mini-ministeriais (só para convidados) em Davos e Londres, e conversas informais sobre assuntos que comprometem os mais de 150 países.

No Rio de Janeiro, por exemplo, em fins de março, se encontraram o representante comercial dos EUA, Robert Portman, o comissário para comércio da União Européia, Peter Mandelson, o chanceler brasileiro Celso Amorim e o diretor geral da OMC, Pascal Lamy, para tentar achar 'soluções' para concluir a Rodada de Doha.



Presença feminista nas ações contra o livre comércio, Alca e OMC

Perante essa nova situação, Venezuela e Cuba foram os únicos países a apresentar reservas sobre falta de transparência do processo. Mas, além deles, apresentaram formalmente reservas vários Estados que estão ficando de fora, como os países africanos, e isto faz com que a OMC perca legitimidade.

Neste cenário, ocorreram avanços na agricultura e NAMA. Os debates nesses temas se dão em torno de simulações para avaliar impactos de possíveis cortes de tarifas, principais instrumentos de "proteção" de mercados nacionais e largamente utilizadas pelos EUA e União Européia para garantir seus negócios. O que se discute são as fórmulas matemáticas que devem ser aplicadas para a redução de tarifas e subsídios. No setor de serviços tem apresentado demandas plurilaterais, o que significa que um grupo de países demanda a abertura de setores do mercado de serviços a um país, segundo seus interesses. Esta forma de negociação 'carteliza' as demandas, pois a maioria dos demandantes são grupos de países ditos desenvolvidos. De outro lado, as negociações bilaterais de ofertas e demandas em serviços não acabaram, e os dois processos ocorrem paralelamente.

O Brasil é um ator chave nesta história. De um lado, o Itamaraty prefere negociar acordos comerciais em instâncias multilaterais. De outro, o governo Lula tem ajudado a frear as negociações

da ALCA e entre União Européia e Mercosul, e não quer sair desta rodada da OMC tendo relações desgastadas com as superpotências impulsoras do livre comércio.

Em ano eleitoral, o governo precisa demonstrar o seu compromisso frente aos interesses transnacionais e das elites brasileiras. Isto significa uma pressão crescente do agronegócio para que o Brasil obtenha 'ganhos' para a grande agricultura de exportação na OMC. Para conquistar fatias de mercado para seus produtos, o agronegócio demanda que o governo faça concessões nas negociações de NAMA e serviços, o que comprometeria a indústria existente, as possibilidades de desenvolver mais o parque industrial brasileiro e os serviços públicos.

Nossa ação é urgente

A pressão dos movimentos sociais foi chave para frear a ALCA e tirar a OMC dos trilhos em Seattle e Cancun. Devemos pressionar os nossos representantes para que não aceitem participar de uma negociação para a qual poucos estão convidados, legitimando um processo no qual se barganha o futuro dos povos. A pressão das transnacionais é o que está por trás de todas essas negociações. É necessário que neste tempo curto que impõe o calendário de negociações, façamos a nossa própria pressão: nas ruas.

Trabalha na Secretaria da Campanha Continental contra a Alca e GT Serviços da Rebrip

Violência contra mulher é entretenimento popular

Por Joanne Ostrow, *The Denver Post*, Colorado

Num dos últimos episódios de “CSI”, a série dramática mais popular dos Estados Unidos, a cabeça de uma mulher foi encontrada num caixote de jornais à venda. Apesar dos estudos que levantam preocupações quanto aos efeitos da violência produzida pela mídia, e mesmo diante das objeções feitas por vários grupos, a violência contra as mulheres continua servindo como uma receita infalível no cardápio do entretenimento popular. Nessa atual temporada de estréias americanas, a exibição de cenas de estupro, torturas e assassinato de mulheres tem sido um recurso da TV.

Os programas começaram com uma explosão de violência contra as mulheres, vítimas de alienígenas, de forças sobrenaturais ou de simples criminosos da raça humana. “Em termos culturais, estamos num momento muito confuso

no que diz respeito à imagem das mulheres”, diz a escritora feminista Jennifer Pozner, fundadora e diretora da organização Mulheres na Mídia & Imprensa.

Essa dependência da televisão em relação à violência contra as mulheres não é nenhuma novidade. Em “Law & Order: Special Victims Unit”, em sua sétima temporada, “toda a série está fundamentada em ‘como podemos estuprar, torturar, assassinar e mutilar mulheres a cada semana?’”.

Uma teoria sustenta que o aumento da violência na TV é em parte atribuível à reação da censura após o episódio do seio nu instantâneo de Janet Jackson. Os produtores de televisão não podem exibir nudez, então apelam para a violência. “Estamos num período de ataques contra as mulheres e contra o feminismo”, conclui Pozner.

o que rola

Brechó feminista: sucesso de vendas



No dia 2 de abril, foi realizado na SOF um brechó feminista para arrecadar fundos para o I Encontro Nacional da Marcha Mundial das Mulheres. Com menos de 10 dias de preparação e a partir das doações de muitas companheiras, foi oferecida uma grande variedade de roupas, acessórios e utensílios, além de livros e CDs.

Abrimos as portas de nosso brechó às 15 horas e recebemos visitas e compradoras até por volta das 19 horas. O evento foi um sucesso: nestas poucas horas foi possível arrecadar R\$ 900,00!

O comitê estadual da Marcha em São Paulo irá realizar outros eventos como este, mas desta vez nos bairros mais distantes, onde moram e atuam muitas de nossas ativistas. Foi criada uma comissão, responsável por pensar em outras formas de arrecadar fundos. Mas a conclusão que chegamos é que a idéia do brechó feminista deve ser vista como uma atividade que vale a pena.

Agradecemos as amigas e companheiras que fizeram tantas doações legais e principalmente aquelas que vieram apoiar nossa atividade de finanças.

nº 60 Maio de 2006

ISSN 1516-8042

CONSELHO EDITORIAL

Andréa Butto, Francisca Rocicleide da Silva (Roci), Helena Bonumá, Ivete Garcia, Maria Amélia de Almeida Teles (Amelinha), Maria Ednalva Bezerra de Lima, Maria Emília Lisboa Pacheco, Maria de Fátima da Costa, Maria Otilia Bocchini, Martha de la Fuente, Mary Garcia Castro, Matilde Ribeiro, Raimunda Celestino Macena e Tatau Godinho.

A Folha Feminista, ISSN 1516-8042, é um boletim da SOF na luta feminista. Este número tem apoio financeiro da Fundação Heinrich Böll.

EQUIPE EDITORIAL

Diretora Responsável: Nalu Faria
Editora: Fernanda Estima (Mtb 25.075)
Projeto Gráfico: Alexandre Bessa
Diagramação: Márcia Helena Ramos
Fotolito: SB Editora
Impressão: RWC Artes Gráficas
Tiragem: 1.500 exemplares
Número avulso: R\$1,50



SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA

Assinatura anual (10 números): R\$15,00

Rua Ministro Costa e Silva, 36, Pinheiros
 05417-080 - São Paulo / SP

Tel/fax: 3819-3876

Correio Eletrônico: sof@sof.org.br

Página na internet:

<http://www.sof.org.br>

próximos números

- ENCONTRO NACIONAL DA MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES
- PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO E UMA PERSPECTIVA FEMINISTA